

DIPLOMACIA PÚBLICA EDUCACIONAL: O PEC-G COMO INSTRUMENTO DE SOFT POWER BRASILEIRO NO CONTEXTO DA UFRR

Maria de Nazaré Dias Macêdo⁶

RESUMO

Este artigo analisa a Diplomacia Pública como instrumento de Soft Power realizado pelo governo brasileiro por meio do Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G) no contexto da Universidade Federal de Roraima. A pesquisa, de natureza qualitativa, baseia-se em revisão bibliográfica, documental e aplicação de questionários a alunos estrangeiros vinculados ao programa. Os resultados apontam que, apesar de desafios estruturais, o PEC-G promove a internacionalização do ensino superior brasileiro e reforça a imagem positiva do Brasil no cenário internacional, principalmente mantendo relações diplomáticas com países em desenvolvimento.

Palavras-chaves: Diplomacia Pública. PEC-G. Soft Power. Política Externa Brasileira.

INTRODUÇÃO

A diplomacia pública é uma estratégia cada vez mais relevante para o Brasil, permitindo ao país fortalecer sua imagem no exterior, consolidar relações internacionais e ampliar sua influência global. Entre os instrumentos dessa abordagem, a educação desempenha um papel crucial, especialmente por meio do Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G). Esse programa possibilita a formação de redes de contatos internacionais, promovendo a difusão da cultura e dos valores brasileiros dentro da política externa do país.

⁶ Graduada em Relações Internacionais pela UFRR e estudante de Especialização em Proteção dos Direitos Humanos em Contextos Migratórios e Prevenção de Racismo e Xenofobia-UFRR.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo analisar a Diplomacia Pública brasileira por meio do PEC-G, destacando a importância da educação na política externa e nas relações diplomáticas. A questão central que orienta a pesquisa é: O programa PEC-G pode ser considerado um instrumento de Soft Power do governo brasileiro para impulsionar ações de diplomacia pública?

Para responder a essa questão, o caráter da pesquisa é considerada como qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e documental, complementada pela aplicação de questionários a alunos participantes do PEC-G. Além disso, a pesquisa inclui observação participante realizada no período de estágio na Coordenadoria de Relações Internacionais (CRINT) da Universidade Federal de Roraima (UFRR), possibilitando uma compreensão prática das dinâmicas do programa e da interação dos estudantes estrangeiros com a instituição.

O recorte temporal da pesquisa abrange o período de 2012 a 2022, justificado pela chegada do primeiro grupo de estudantes à UFRR em 2012 e pelo subsequente aumento da diversidade de alunos internacionais na universidade. A análise dos dados coletados reforça a hipótese de que o PEC-G configura um instrumento de Soft Power, uma vez que a educação se apresenta como um mecanismo eficaz de inserção do Brasil no cenário internacional.

Com base nessa perspectiva, no artigo são apresentados os conceitos fundamentais para a pesquisa, como Diplomacia Pública, Soft Power, Política Externa e Política Pública, essenciais para a compreensão da temática, bem como informações sobre o PEC-G, enfatizando sua criação por meio de decretos e documentos oficiais, além de abordar os países participantes do convênio e o público-alvo do programa.

Por fim, explora-se a presença do PEC-G na UFRR, considerando dados coletados sobre os alunos conveniados, com um foco especial no curso de Relações Internacionais. A análise desses dados permite aprofundar o entendimento sobre o impacto do programa e sua relevância para a diplomacia educacional brasileira.

1. CONCEITOS SOBRE DIPLOMACIA PÚBLICA, *SOFT POWER* E POLÍTICA EXTERNA

A diplomacia é um instrumento político praticado desde a antiguidade, exercendo importante papel em decisões de Estados. Ao longo dos séculos essa prática política apresentou diferentes formas com o objetivo de manter e conseguir poder e influência. Levando em consideração elementos como imagem e reputação de um país no exterior que valorizando a influência da opinião pública nas relações diplomáticas.

O conceito abrange diferentes formas da prática diplomática como por exemplo, a implementação de diretrizes de política externa do país, cidadão no exterior, acordos, transmissão de informações e assim por diante. Segundo (LIMA, 2015), o rompimento entre a diplomacia medieval e moderna aconteceu no surgimento das embaixadas permanentes italianas, no século XV e na definição dos Estados autônomos como atores das relações internacionais.

A experiência italiana na segunda metade do século XV consolidou institutos, tais como a utilização de embaixadores residentes. Por isso se faz falar da Itália do século XV como o lugar de surgimento da diplomacia moderna (ACCIOLY, 2012, p. 531).

Sendo assim, podemos dizer que ainda na atualidade, a diplomacia segue presente e exercendo papel estratégico na política de países ao redor do mundo. Para Ricupero 2017, as relações exteriores assumiram papel decisivo em muitas das principais etapas da evolução histórica brasileira.

Com seus acertos e erros, a diplomacia marcou profundamente a independência, o fim do tráfico de escravos, a inserção no mundo por meio do regime de comércio, os fluxos migratórios, voluntários ou não, que constituíram a população, a consolidação da unidade ameaçada pela instabilidade na região platina, a industrialização e o desenvolvimento econômico (RICUPERO, 2017, p. 27).

Desta forma o governo brasileiro planeja e executa ações diplomáticas tanto em nível nacional quanto internacionais. Mantendo sempre seu papel de boa vizinhança e do contexto de Cooperação Sul-Sul⁷. Para entender melhor

7

sobre a importância dessa ferramenta das relações exteriores, precisamos entender melhor o conceito que serão desenvolvidos a seguir.

1.1 A diplomacia pública

A diplomacia pública difere da diplomacia tradicional na medida em que lida não só com governos, mas principalmente com indivíduos e Organizações Não Governamentais. Além disso, as atividades da diplomacia pública apresentam frequentemente muitos pontos de vista diferentes, representados por indivíduos e organizações privadas, para além dos pontos de vista oficiais do Governo. O convencimento de um grupo está atrelado a uma noção de identificação e de afinidade de ideias.

Além disso, Edmund Gullion, o reitor da Fletcher School of Law and Diplomacy, foi o primeiro a aplicar o termo Diplomacia Pública no ano de 1965, nos Estados Unidos. (CULL, 2009). Período esse em que a Guerra Fria estava na fase de afrouxamento da disputa e com a corrida ideológica do capitalismo e socialismo houve a necessidade de implementar ações de diplomacia pública para o governo vender ideias, e mudar ou influenciar a sua imagem no exterior (CULL, 2009).

A realidade do período da Guerra Fria configurou o sistema internacional para a bipolaridade, na qual prevalecia-se o discurso da segurança internacional frente a possibilidade de uma guerra nuclear, todavia também é possível observar no período que os Estados Unidos e a União Soviética procuravam meios de melhorar suas imagens no exterior.

A preocupação com a opinião pública é um elemento representativo da época, à qual é vista em especial com o uso da propaganda. No cinema, na literatura, no rádio, tanto Washington quanto Moscou utilizaram-se de estratégias de influência com objetivos políticos.

O maior engajamento da sociedade civil brasileira contribui para a democratização da diplomacia pública nacional, à medida que surgem no cenário atores demandantes, os quais buscam articular agendas distintas, ora em consonância com os ideais governamentais, ora em dissonância, visto que

com a globalização e uso das tecnologias digitais as estratégias políticas modificaram-se.

Para Villanova 2017 (p. 153), a diplomacia pública não é recente no cenário brasileiro e existe a possibilidade de que a primeira vez que foi formalizada foi durante o governo de Getúlio Vargas de 1939. Neste período buscava-se mudar a imagem brasileira no exterior e perante seus nacionais. Fazendo uma reflexão, essa diplomacia é vinculada às ideias e objetivos da propaganda que na época era mais eficaz em relação ao convencimento e indução de ideologias.

Segundo o Itamaraty, está associada ao sentido de promoção da imagem do Brasil no exterior e também confere uma maior abertura do Ministério das Relações Exteriores e da política externa brasileira à sociedade civil. Neste sentido, está vinculada a transparência das políticas públicas nacionais (MRE, 2023).

O Brasil planeja e executa ações de diplomacia pública em países do continente africano e é bem plausível que utilize discursos ideológicos que retratam os países com relações históricas desde da época colonial e possuem processos parecidos reforçados com a dinâmica Sul-Sul.

O programa Estudantes Convênios de Graduação- PEC-G, é um programa de cooperação educacional inserido na pauta de Diplomacia Pública brasileira, que está vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e depende da agenda e projeções políticas alinhadas de acordo com cada governo no poder. Sendo assim, o PEC-G é um programa que representa o Brasil no cenário internacional (principalmente no continente africano), através do âmbito da educação ligado à cooperação e diplomacia.

1.2 O Soft Power

O termo Poder Brando (*Soft Power*), foi utilizado pela primeira vez em 1980, pelo professor americano Joseph Nye que desenvolveu o conceito do mesmo em diversas obras a ponto de em 2004 no livro denominado de *Soft*

Power: The Means to Success in World Politics, estabelecer esse conceito como um termo chave para as Relações Internacionais, no qual ele foi quem iniciou um ciclo de debates sobre a veracidade e especulações por parte de autoridades e estudiosos, acerca da relevância deste tipo de poder para a política externa americana.

Para Pinheiro e Beshara (2012), a educação é uma das áreas mais importantes na prática do *Soft Power* na política internacional. Porque de acordo com os autores, requer um gasto relativamente pequeno, podendo representar uma das formas mais viáveis para o Brasil exercer alguma influência na diplomacia mundial em tempos de crise política e econômica.

Esse poder está relacionado com a capacidade de convencimento a partir da utilização de argumentos do que pelo uso da força. Através desse conceito, não é suficiente um país ter poder militar e bélico para ser potência internacional, é preciso também utilizar do poder de barganha e convencimento de influência.

Segundo Nye (2002), o Poder Brando pode ser definido como a capacidade de um Estado de influenciar outros Estados a quererem os mesmos objetivos. É necessário evidenciar que o Poder Brando também pode ser utilizado em guerras, como por exemplo, durante a Guerra Fria, período em que o cinema americano construiu uma narrativa através de uma campanha de propaganda estatal que conquistou milhões de americanos e despertou o sentido nacionalista perante as disputas desse dessa fase, além de criar imagens internacionais sobre os Estados Unidos.

O *Soft Power* está associado em várias esferas da diplomacia, seja ela, cultural, pública ou educacional e na maioria das vezes, estão presentes características desse poder que é sutil e apresenta certa eficiência. A educação é um dos meios mais utilizados para a prática do poder brando, principalmente a educação superior através de intercâmbios de alunos entre países em prol de uma qualificação e formação internacional com possibilidade de inserção em uma cultura considerada vantajosa de alguma forma para aqueles que estão exercitando a diplomacia.

A partir da revisão bibliográfica é possível dizer que alguns dos benefícios do *Soft Power* que podemos citar são: o aumento da visibilidade e da credibilidade do país em cenário internacional; fortalecimentos de áreas como a

cultura; economia, diplomacia, promoção dos interesses nacionais e cooperação.

Muitos dos estudos estão concentrados nas universidades e nos próprios alunos que vivenciam a experiência de viver em um país diferente do seu de origem e ao mesmo tempo fazer parte de algo legal e que representa muito para todos os envolvidos. No âmbito da UFRR, alguns trabalhos de conclusão de curso de Relações Internacionais e dissertações do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras versaram sobre o tema.

1.2 A política externa

A política externa é uma área de estudo das Relações Internacionais, na qual os pesquisadores debruçam-se para compreender os fenômenos políticos do espaço além fronteira. As ações de política externa são exclusivas do Estado, visto que se faz preciso o filtro governamental, à fim de possibilitar a execução de estratégias e o diálogo com os canais oficiais de terceiros atores no plano internacional.

A política externa, tal como tratado anteriormente, é uma atividade oficial dos governos e, assim como as demais políticas, possui um processo desde o seu surgimento, até a sua execução, passando por etapas de elaboração e de negociação. Em países em que há a vigência do modelo liberal democrático, as lideranças governamentais necessitam de aprovação institucional para levar adiante as decisões políticas (LISBOA; POZO, 2021, p. 82).

Diante disso percebe-se que a política externa é característica do Estado, como os elementos que permitem suas elaborações e execuções, entretanto é relevante salientar que o processo de tomada de decisão não é igual para todos os processos estatais, visto que a variável internacional impõe uma perspectiva de diferenciação entre o interno e o externo impactando na política externa.

A especificidade da política externa é que sempre deve ser considerado o fator internacional que a compõe. A política externa é uma política pública do ponto de vista dos procedimentos domésticos pelos quais passa e pelo impacto gerado na sociedade nacional. Entretanto, seu caráter transnacional diferencia-a das demais, não somente pela substância, mas também pelos atores e pelas pressões envolvidas em sua formulação (LISBOA; POZO, 2021, p. 97).

No âmbito das relações estatais inexiste uma hierarquia internacional capaz de regular as ações de entes soberanos, resultando na necessidade que os entes nacionais cuidem de sua política externa e consigam com ela, projetar Poder, como é o caso do PEC-G.

1.4 A política externa brasileira e a educação

A educação é fundamental para o desenvolvimento de um país e para a construção de relações internacionais. Segundo a Divisão de Temas Educacionais do governo brasileiro, a cooperação educacional na Política Externa Brasileira atua em três frentes: econômica, ao qualificar a mão de obra; política, promovendo aproximação entre Estados; e cultural, fortalecendo laços entre sociedades por meio do aprendizado do idioma e da troca de experiências (MRE, 2022).

O PEC-G, iniciado nos anos 1960, se tornou um importante instrumento de cooperação educacional no século XXI, coincidindo com a entrada da UFRR no programa. No governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a política externa priorizou o multilateralismo e o regionalismo, sem sucesso na aproximação com os EUA, afastando-se da África, Oriente Médio, China e Rússia (Cervo, 2003). No entanto, a educação foi integrada à cooperação internacional, especialmente com países lusófonos, visando autonomia na formulação de políticas (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). Os PALOP foram parceiros em diversas iniciativas, incluindo o PEC-G e PEC-PG.

No governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), a política externa focou em liderança regional e cooperação Sul-Sul, retomando laços com a África, China e Índia. A estratégia priorizou autonomia política e cooperação regional (MILANI, 2003), fortalecendo acordos educacionais como a UNILAB e ampliando investimentos nos programas PEC-G e PEC-PG.

Durante Dilma Rousseff (2011-2016), houve continuidade na aproximação com a África e fortalecimento da Cooperação Sul-Sul, além da saída de estudantes brasileiros para instituições internacionais via Ciência Sem Fronteiras. Para Leal e Moraes (2018), esse modelo ganhou relevância diante das desigualdades globais e críticas ao assistencialismo.

No governo Temer, os programas seguiram ativos, mas com menor financiamento. Já no governo Bolsonaro, a pandemia e cortes de investimento

impactaram a chegada de novos estudantes pelo PEC-G. A PEB do período não utilizou o PEC-G como ferramenta de Poder Brando, priorizando outras parcerias. Alguns autores argumentam que esse período representou uma quebra na tradição diplomática brasileira.

Ao longo dos anos, a cooperação educacional se consolidou como um mecanismo de influência internacional, revelando sua importância na política externa do Brasil. Apesar dos desafios financeiros e burocráticos, o PEC-G continua sendo um elemento estratégico na diplomacia educacional.

2. O PROGRAMA DE ESTUDANTES-CONVÊNIO DE GRADUAÇÃO

O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), oferece a estudantes estrangeiros a oportunidade de cursar o ensino superior (graduação) em instituições brasileiras. Tanto universidades públicas quanto particulares podem participar do acordo, desde que cumpram com as exigências do programa.

Esse que pode ser considerado como uma grande iniciativa de internacionalização e integração das universidades, e para os discentes brinda formação e qualificação profissional. É um instrumento de cooperação educacional principalmente com países em desenvolvimento (NIEDERAUER, 2002; MARCIA, 2002, p.11).

Segundo dados da Divisão de Temas Educacionais e Língua Portuguesa (DELP), em 2023 um total de 71 países participavam do PEC-G. Sendo que 29 são provenientes do continente africano; 27 países são das Américas e 9 são da Ásia.

No início da execução do programa os países latino-americanos enviavam a maior quantidade de alunos no âmbito do convênio. As ações de políticas públicas dependem da agenda governamental. No caso dos latino-americanos, além da proximidade geográfica, outro elemento facilitador da integração tem sido a criação dos blocos econômicos, mais precisamente o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Como advento desse bloco, os países que o integram

passaram a apresentar relações de intercâmbio mais intensas, principalmente Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina (DESIDÉRIO, 2006).

Dentre os parceiros do Brasil na CSS, destacam-se, principalmente, países da América Latina, da América Central, do Caribe e da África Lusófona, ou os PALOPs, tratados como prioridades na política externa brasileira. Dados do MRE (2007) apontam que os PALOPs somam 77,45% dos projetos de cooperação brasileira na África (UILLRICH; CARRION, 2013, p. 148).

Na década de 1960, houve o crescimento do número de estrangeiros no Brasil e consequentemente houve o aparecimento de problemas sociais ocasionados também pela falta de políticas públicas. Este fato chamou a atenção para a necessidade de regulamentação interna do status desses discentes (MATOS, 2017). O governo começou a desenvolver um Programa para amparar estudantes de outros países. A unificação das condições do intercâmbio estudantil e tratamento semelhante aos alunos por parte das universidades eram algumas das questões que precisavam de resolução visto aos reflexos da época.

Por tanto, em 1961 foi estabelecida a Lei n.º 4.024, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional e firmou um dos pontos mais importantes, a flexibilidade de organização curricular do ensino superior, ou seja, a não presunção de um currículo fixo, que em certa medida facilitou algumas das reformas propostas pela ditadura. No Brasil, meados da década de 60 e 70, o acesso à educação ainda estava ligada ao sentido de classe e poder social e ter a oportunidade de cursar uma graduação significava muito (LIMA; JÚNIOR, 2016, p. 4).

O PEC-G foi criado oficialmente através do Protocolo n° 55.613 de 20 de janeiro de 1965, que torna obrigatório o registro de estudantes estrangeiros beneficiários de Convênios Culturais (estudantes-convênios) no Brasil. E confere outras providências como a afirmada no art. 2º do referido documento, determinando que o registro do estudante deverá ser realizado pelo Ministério das Relações Exteriores. O qual emitirá Carteira de Identidade em comum acordo com o Ministério da Educação e Cultura. Bem como no art. 3º onde determina que será anotado no Passaporte do estudante o número de registro e a data da emissão da Carteira.

Desde sua criação o programa passou por muitas modificações, foram necessários a publicação de 5 protocolos respectivamente nos anos de 1974,

1986, 1993, 1998 e 2013. E com o início da vigência do Segundo Protocolo, houve alteração da coordenação do PEC-G, antes a cargo do MRE, e a responsabilidade sobre transferência de cursos e transferências externas passou a ser atribuição das instituições de ensino. Além disso, foi ampliado o escopo dos países participantes, inicialmente restrito aos países latinos americanos (AMARAL; MENEGHEL, 2015, p. 5).

Quase 60 anos após a publicação e com o recebimento de estudantes em inúmeras instituições pelo país, houve a necessidade de dar maior força jurídica ao regulamento do PEC-G. Em 2013, o programa foi regido pelo Decreto Presidencial nº. 7.948 que revogou os decretos anteriores. No art. 1º, defende que o PEC-G se destina à formação e qualificação de estudantes estrangeiros por meio de oferta de vagas gratuitas em cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior - IES brasileiras, assim como a implementação conjuntamente pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Ministério da Educação.

É descrito também que o candidato reprovado no exame de Certificação de Proficiência em Língua Portuguesa (CELPE-BRAS), aplicado no Brasil não poderá ingressar no PEC-G, vedada a prorrogação de seu registro e do prazo de estada no Brasil, conforme disposto na Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 e no Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981. Após divulgação do resultado da seleção, as missões diplomáticas e as repartições consulares brasileiras concederão aos candidatos selecionados o visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável.

O vínculo do estudante-convênio com o PEC-G cessa com a conclusão do curso e colação de grau. O estudante-convênio receberá, obrigatória, pessoal e gratuitamente, seu diploma, ementas e histórico escolar, legalizados, na missão diplomática brasileira onde se inscreveu no PEC-G.

As IES que oferecerem vagas no curso de Português para Estrangeiros preparatório para o exame CELPE-BRAS aos estudantes-convênio deverão fazê-lo mediante assinatura de Termo específico, a ser firmado com o Ministério da Educação, assegurando as condições e o cumprimento do Programa.

Com relação a situação econômica, é vedado ao estudante-convênio o exercício de atividade remunerada que configure vínculo empregatício ou caracterize pagamento de salário ou honorários por serviços prestados. Bem

com é permitido que o mesmo participe de curricular, atividades de pesquisa, extensão e de monitoria, obedecida a legislação referente a estrangeiros residentes temporários.

A questão financeira dos conveniados é um dos pontos sensíveis a ser tocado, o programa conta com a participação de estudantes com perfis socioeconômicos diversificados. Permitindo assim, o conhecimento da existência de problemas na situação econômica familiar de alguns participantes.

Visando auxiliar aqueles que apresentam tal vulnerabilidade, foi publicado a Portaria Nº 200, de março de 2012 na qual resolve que MRE poderá conceder bolsas de estudos aos estrangeiros, regularmente matriculados em cursos de graduação no Brasil, participantes do PEC-G, que demonstrem desempenho acadêmico destacado ou necessidade financeira. Foram criados alguns auxílios permanências para ajudar que os mesmos continuassem os estudos como é o caso da Bolsa Mérito. Bolsa MRE e Passagem aérea de retorno.

Muitos alunos ao participarem do processo seletivo em seus países de origem apresentam uma situação favorável, porém, tempo depois estão suscetíveis a perderem o apoio do responsável financeiro por variadas razões, sendo necessário a atuação do governo brasileiro através das universidades para a manutenção desse aluno. Portanto, o custo por aluno depende da instituição de ensino que o recebe e dos acordos bilaterais que o Brasil mantém com os países participantes.

2.1 O PEC-G na Universidade Federal de Roraima

A Universidade Federal de Roraima, é signatária do PEC-G desde 2001, porém por questões logísticas ainda não havia recebido alunos. A Coordenadoria de Relações Internacionais (CRINT), é o departamento responsável pela gestão do programa, assim como todos os processos administrativos que envolva os estudantes.

No ano de 2012, a UFRR recebeu a primeira turma de conveniados, composta por 4 novos alunos oriundos de Guiné-Bissau e Angola com matrículas nos cursos de Ciências Econômicas, Engenharia Civil e Relações

Internacionais. Esses alunos foram acolhidos na universidade e iniciaram uma jornada em busca de conhecimento e formação.

Neste contexto da UFRE o PEC-G configura-se como sendo o principal programa da instituição e recebe a maioria dos alunos estrangeiros que ingressaram nos cursos de graduação da instituição, o que pode vir a ser alterado no contexto atual de forte dinâmica migratória de venezuelanos no estado de Roraima. A presença dos alunos na instituição é notória, uma vez que desenvolvem papel muito importante no compartilhamento de sua cultura entre seus colegas brasileiros. Muitos alunos exercem atividades integrativas de extensão como professores de língua estrangeiras como inglês, espanhol e francês.

Anualmente a universidade recebe novos alunos vinculados ao PEC-G, estes estão divididos em duas modalidades, a primeira é de alunos que iniciam a graduação imediatamente e a outra é destinada para os alunos (Pré-PEC-G) que precisam fazer o curso de língua portuguesa e posteriormente, se aprovados no CELPE-BRAS, iniciam a graduação no ano seguinte na UFRR ou em outra instituição conforme informado previamente no edital final da seleção.

É importante ressaltar as dificuldades enfrentadas principalmente pelos alunos que participam da segunda modalidade, muitos recém chegados no Brasil passam por dificuldades financeiras, ficando muitas vezes desamparados e vulneráveis. Uma vez que ainda não possuem matrícula na instituição, até ingressarem devidamente no curso de graduação, não podem participar de determinados editais de auxílio.

No que tange ao número de alunos, segundo Lourenço em 2016, contabilizavam um total de 37 estudantes africanos, alguns destes realizavam o curso de Português como Língua Estrangeira como disponibilizado no quadro a seguir.

Quadro 1 – Quantitativo de alunos via PEC-G de 2016

PAÍSES	ALUNOS PEC-G NA UFRR										
	ANO DE INGRESSO										
	2012		2013		2014		2015		DES - TRANS	TOTAL NA UFRR (2015)	
	Luso	Não Luso	Luso	Não Luso	Luso	Não Luso	Luso	Não Luso		MASC	FEM
Angola	01	-	-	-	-	-	02	-	-	01	01
Benim	-	-	-	-	-	05	-	08	-	10	03
Cabo Verde	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	01
Costa do Marfim	-	-	-	-	-	-	-	01	-	01	-
Gana	-	-	-	-	-	02	-	03	-	03	02
Guiné Bissau	04	-	-	-	-	-	-	-	01tranf	03	-
Quênia	-	-	-	-	-	-	-	01	-	01	-
República Dem. do Congo	-	-	-	-	-	02	-	03	-	02	02
República do Congo	-	-	-	-	-	01	-	-	-	02	-
São Tomé e Príncipe	-	-	-	-	01	-	01	-	-	01	01
Senegal	-	-	-	-	-	-	-	01	-	01	-
Togo	-	-	-	-	-	-	-	02	-	-	02
Haiti	-	-	-	-	-	01	-	-	-	01	-
Bolívia	-	-	-	-	-	02	-	-	01desist	-	01
Peru	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	01
TOTAL GERAL	05	--	--	--	02	13	03	20	02	26	13
ESTUDANTES AFRICANOS	05	-	-	-	02	10	03	19	01	25	12

Fonte: RQAN/285 (1 d2 2021)

Devido às limitações provocadas pela pandemia do COVID-19, no ano de 2021, a universidade não disponibilizou vagas para o programa, o que resultou na diminuição do fluxo de estudantes internacionais na universidade.

Segundo dados disponibilizados pela CRINT, o período que corresponde de 2017 até 2022, a UFRR recebeu a quantidade de 43 alunos vinculados ao programa (EDUCARR, 2022). No ultimo edital publicado pelo MEC referente ao ano de 2023, que 6 alunos foram aprovados para o curso de português e com possível ingresso na graduação em 2024. Fazendo um balanço, em todos esses anos mais ou menos 80 alunos via PEC-G foram atendidos desde 2012.

Em Roraima a maioria dos alunos são africanos Oriundos de Angola, Benin, Cabo Verde, Camarões, Colômbia, Costa Do Marfim, Estados Unidos, Gabão, Gana, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Haiti, Índia, Paquistão, Peru, República Do Congo, Suriname, Moçambique e Venezuela.

3. O PEC-G E A GRADUAÇÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA UFRR

O curso de bacharelado em Relações Internacionais da UFRR foi criado em 23 de fevereiro de 2006, durante o mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio da resolução nº 002/06-CUni. Sendo um curso multidisciplinar, proporciona uma ampla troca de aprendizado, especialmente devido à localização de Roraima, que faz fronteira com Guiana e Venezuela.

Essa característica permite um estudo aprofundado sobre relações internacionais fronteiriças, contribuindo para a produção de conhecimento que vai além da universidade.

Segundo o plano pedagógico de 2015, em 1997 a UFRR desenvolveu um Curso de Especialização em Relações Fronteiriças que obteve bons resultados e influenciou a criação do bacharelado quase oito anos depois. A região de fronteira tem relevância para as relações internacionais do Brasil, pois abriga grande fluxo migratório e comercial. Desde 2015, com a crise de Direitos Humanos na Venezuela e o aumento da migração para o Brasil, ficou evidente a necessidade de profissionais de Relações Internacionais em diversos contextos.

Durante entrevistas e conversas com alunos, muitos afirmaram ter escolhido o curso com o objetivo de exercer um papel relevante na política de seus países, almejando cargos como embaixadores e presidentes. Em 2012, o primeiro aluno do PEC-G ingressou no curso vindo da Guiné-Bissau. Em 2015, o segundo aluno chegou do Congo, e ao longo dos anos, mais estudantes aderiram ao programa, totalizando cinco graduados em Relações Internacionais.

O questionário aplicado contou com seis estudantes, quatro matriculados e dois graduados, visando compreender o perfil dos alunos, sua percepção sobre o PEC-G e os desafios acadêmicos. A maioria dos participantes é do sexo masculino e vem de países africanos, com idades entre 25 e 34 anos. Entre os graduados, ambos permaneceram no Brasil e relataram dificuldades com o idioma e integração acadêmica. Os anos de ingresso variaram entre 2015 e 2020. A recepção na universidade obteve respostas diversas: 33,3% dos estudantes afirmaram sentir-se indiferentes, 16% insatisfeitos, 33,3% muito satisfeitos e 16,7% satisfeitos.

A maioria (83,3%) conheceu o programa por meio de amigos e familiares, formando redes de contato. Nenhum dos entrevistados escolheu a UFRR como primeira opção, indicando instituições como UNB e UFRGS. Sobre o funcionamento do PEC-G, 66,7% discordam de sua efetividade e 33,3% concordam, citando problemas burocráticos e logísticos. Apenas 16,7% recebem auxílio financeiro dos países de origem, impactando sua permanência no Brasil, e metade cogitou desistir da graduação devido a dificuldades pessoais e financeiras.

Quanto à percepção do Soft Power do Brasil na educação, 50% concordam parcialmente, 33,3% totalmente, e 16,7% são neutros. O estudo conclui que, apesar do reconhecimento do PEC-G, desafios financeiros e burocráticos podem comprometer seus objetivos, tornando essencial a implementação de melhorias para ampliar a inclusão e suporte aos estudantes estrangeiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou analisar o Programa PEC-G como instrumento de *Soft Power* utilizado pelo governo brasileiro através de uma ação de diplomacia pública. A chegada dos alunos na Universidade Federal de Roraima pode ser considerada, também, como uma iniciativa do plano de internacionalização da universidade que também recebe outros programas, porém com número menor de estrangeiros.

O PEC-G mostra uma dinâmica diferenciada, através de seus participantes observamos características peculiares de seus países de origens, mostrando que a educação é um instrumento viabilizador da política externa do Brasil. Esse é um tema muito interessante a ser discutido, porém não podemos ignorar o fato de que é uma temática pouco estudada e que merece mais destaque.

Apesar de que em comparação com áreas consideradas como prioridades, essa em especial representa uma parcela pequena. Contudo não se pode negar sua existência e sua eficácia como alternativa que busca além

dos objetivos projetados como políticos como também troca de conhecimentos entre as nações envolvidas, é o conhecido benefício mútuo, além de beneficiar muitos estudantes nesses quase 60 anos de existência.

É notório, após a leitura de vários artigos sobre o assunto e pesquisas bibliográficas, que a educação como forma de cooperação foi muito utilizada para estreitar relações com o continente africano, inclusive, observa-se que acordos semelhantes com países como Estados Unidos e Europa aconteceram em níveis menores, a exceção do Ciência sem Fronteiras, e que o PEC_G abriu uma janela de oportunidade de aproximação com diversos países do denominado Sul Global no âmbito das relações Sul-Sul. Percebeu-se também que a crise financeira e a mudança de orientação política na PEB dos últimos anos enfraqueceu o programa PEC-G. Mesmo assim, nossa hipótese foi confirmada, o PEC-G é um instrumento de *Soft Power* utilizado pelo Brasil.

Do ponto de vista da Universidade, o questionário aplicado revela que ainda há muitos gargalos nas ações, as quais devem melhorar, entretanto, não deixam de ser um instrumento importante para a internacionalização da Universidade e do próprio processo de formação de seus estudantes, que são contemplados com diversidade cultural, étnica e de conhecimento, agregando valor em sua formação.

Desde o recorte temporal estabelecido (2012-2022), o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) tem passado por novas adaptações e expansões. Essas mudanças refletem o cenário diplomático brasileiro e o fortalecimento da cooperação educacional como estratégia de *Soft Power*. Segundo dados do MRE, atualmente 74 países são signatários do PEC-G, como a adesão de Belize, Bangladesh e França.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCIOLY, H. E.; SILVA, G. E.; CASSEB, R. *Manual de Direito Internacional Público*. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BONFIM, L. P. *Diplomacia Pública e o Soft Power Americano no Pós-11 de setembro*. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 60, n. 2, 2017.

CERVO, A. L. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

CULL, N. J. *Public Diplomacy: Lessons from the Past*. Los Angeles: Figueroa Press, 2009.

KHALIL, M. *Diplomacia Pública Brasileira: desafios e perspectivas*. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, n. 2, 2014.

LEAL, G. R.; MORAES, R. M. *A Cooperação Sul-Sul como Instrumento de Política Externa Brasileira*. **Carta Internacional**, v. 13, n. 1, 2018.

LIMA, M. R. S. de. *A política externa brasileira: do governo FHC ao governo Lula*. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 1, 2005.

LISBOA, M.; POZO, F. *A Política Externa como Política Pública*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.

MILANI, C. R. S. *A diplomacia pública e o papel das organizações da sociedade civil na política externa brasileira*. **Contexto Internacional**, v. 35, n. 1, 2013.

NYE, J. *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs, 2004.

PINHEIRO, L.; BESHARA, E. *Educação e Soft Power: o caso do PEC-G*. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 51, 2012.

VILLANOVA, R. *Diplomacia Pública Brasileira: conceitos, práticas e desafios*. Brasília: FUNAG, 2017.

VISENTINI, P. F. *Política Externa Brasileira: de Collor a Lula*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.